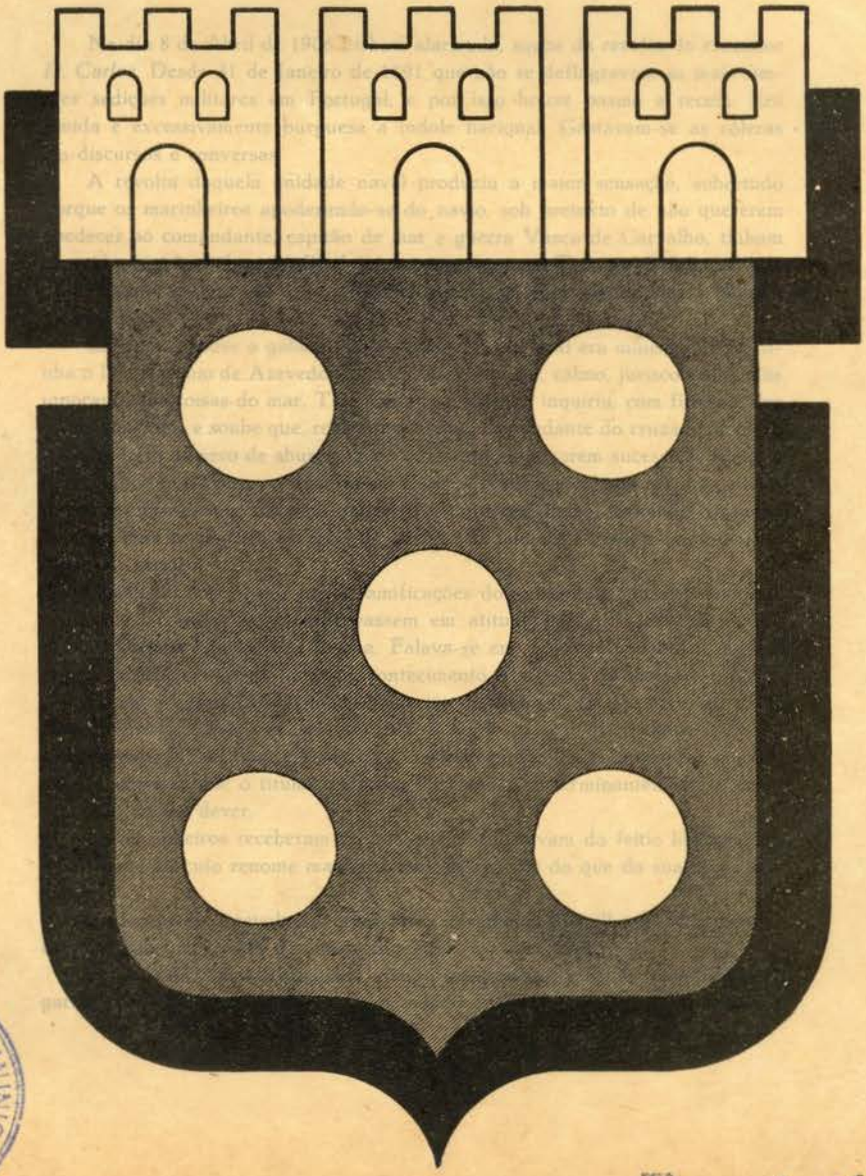
JOSHUA BENOLIEL

ARQUIVO GRAFICO

DA VIDA PORTUGUESA

1903 1918

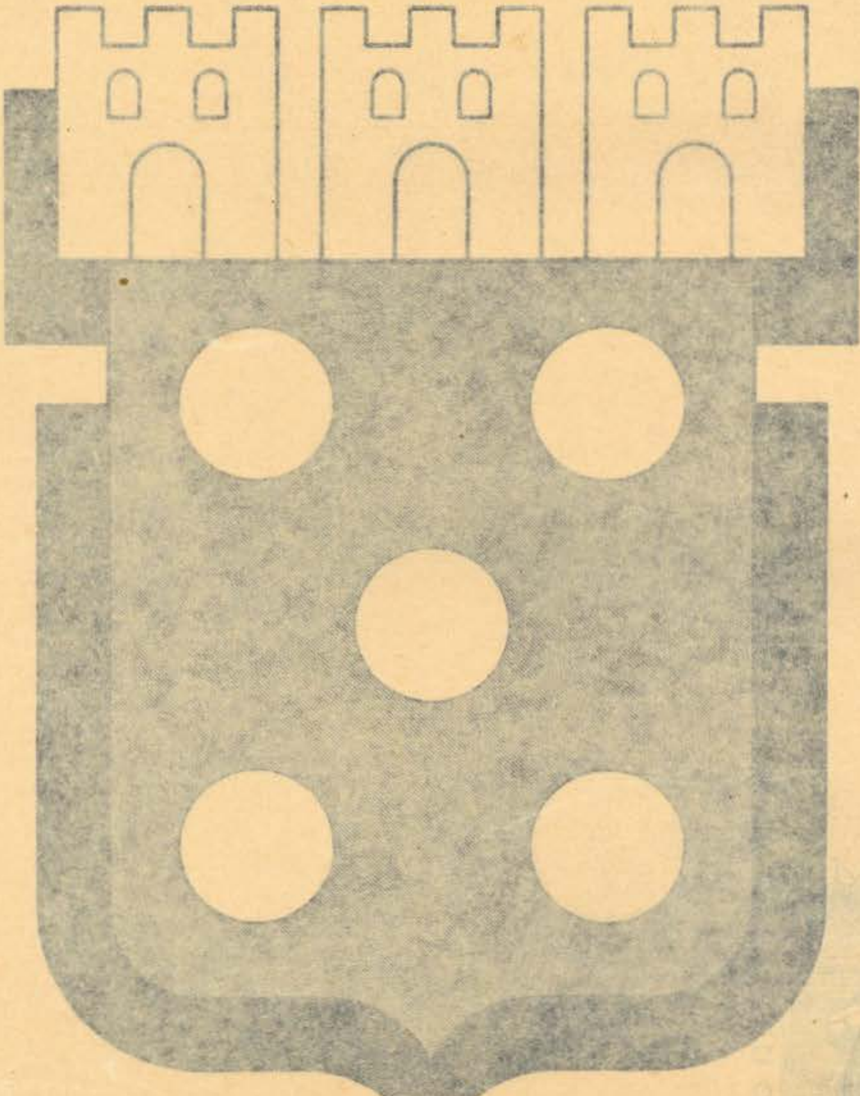


Fascículo N.º 6

JOSHUA BENOLIEL

ARQUIVO GRÁFICO DA VIDA PORTUGUESA

1903 1918



Fascículo N.º 6

CAPITULO VI

A revolta do cruzador "D. Carlos„

No dia 8 de Abril de 1906 Lisboa, alarmada, soube da revolta do cruzador *D. Carlos*. Desde 31 de Janeiro de 1891 que não se deflagravam as mais simples sedições militares em Portugal, e por isso houve pasmo e receio. Era tímida e excessivamente burguesa a índole nacional. Gastavam-se as cóleras em discursos e conversas.

A revolta daquela unidade naval produziu a maior sensação, sobretudo porque os marinheiros apoderando-se do navio, sob pretexto de não quererem obedecer ao comandante, capitão de mar e guerra Vasco de Carvalho, tinham exercido coação sôbre o oficial de serviço, tenente Teixeira Machado, que pretendendo opôr-se aos propósitos da guarnição, fôra metido numa baleeira e conduzido a terra.

Estava no poder o gabinete Hintze Ribeiro, do qual era ministro da Marinha o Dr. António de Azevedo Castelo Branco, poeta, calmo, jurisconsulto, mas ignorante das coisas do mar. Trasmontano e valente, inquiriu, com firmeza, dos acontecimentos, e soube que, realmente, o novo comandante do cruzador tentara impedir certo número de abusos, como o das praças gozarem sucessivas licenças para pernoitar em terra, a maioria em casas suspeitas; recebiam a bordo visitas pouco recomendáveis, tocavam guitarras e cantavam fados, tornando o rancho da prôa uma verdadeira sucursal de adega arrabaldina. Ficava a bordo só um oficial de serviço.

Constava, porém, que havia ramificações do movimento noutros navios, e embora os insurrectos se conservassem em atitude de espectativa, a revolta existia. Podiam bombardear Lisboa. Falava-se em movimento politico, mas os regeneradores preferiram dar ao acontecimento o aspecto de sedição.

O major-general da Armada, Ferreira do Amaral, foi chamado ao gabinete do ministro, que o encarregou de ir a bordo aplacar os revoltosos. O oficial, a-pesar-da sua fama de enérgico, hesitou; pretendeu escapar-se à missão, e foi necessário que o titular da pasta lhe impusesse terminantemente o cumprimento do seu dever.

Os marinheiros receberam-no muito bem. Gostavam do feitio liberalão do major-general, cujo renome mais provinha de seu pai do que da sua acção militar.

Comandavam a revolta no cruzador o marinheiro Alamilho, «O Espanhol», Martins Ribeiro, Gomes de Sousa, fogueiros, e o cabo Pinto.

Ferreira do Amaral prometeu a sua protecção aos rebeldes, que se entregaram confiadamente; o navio foi mandado fundear defronte de S. José de

Ribamar; apertou-se a vigilância a bordo de outras unidades, que a oficialidade não abandonava nem de dia nem de noite.

No dia 13, do mesmo mês, esboçou-se outra sedição a bordo do *Vasco da Gama*, e começou a atentar-se mais ponderadamente naqueles factos. Havia política na insurrecção. Os poderes públicos ignoravam que a Carbonária já conseguira introduzir na Armada os seus adeptos. Os revoltosos foram encarcerados nas casamatas de S. Julião da Barra, e julgados num tribunal presidido pelo contra-almirante Boto.

No decorrer da audiência apareceram nos autos uma espécie de cotas com as iniciais U. N., que, segundo os marinheiros diziam, significavam a *União Naval*, associação de Socorros Mutuos.

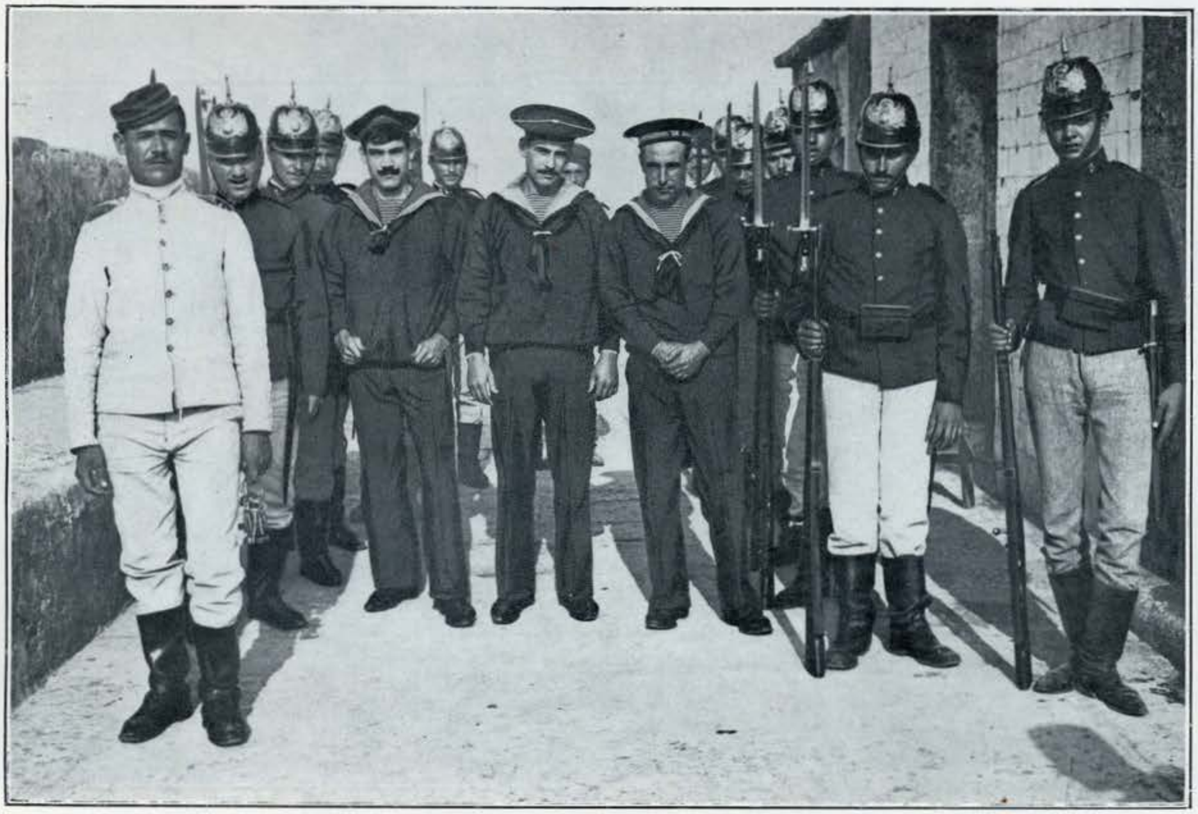
Julgados ràpidamente, mas com tôda a observância da lei, os chefes foram condenados a degrêdo, bem como alguns dos seus camaradas mais comprometidos.

No reinado de D. Manuel II houve um movimento favorável ao perdão dos marinheiros; o monarca atendeu-o e às famílias dos condenados. Recebeu-as no Paço das Necessidades, onde foram acompanhadas pelos advogados que se tinham encarregado de obter a régia clemência.

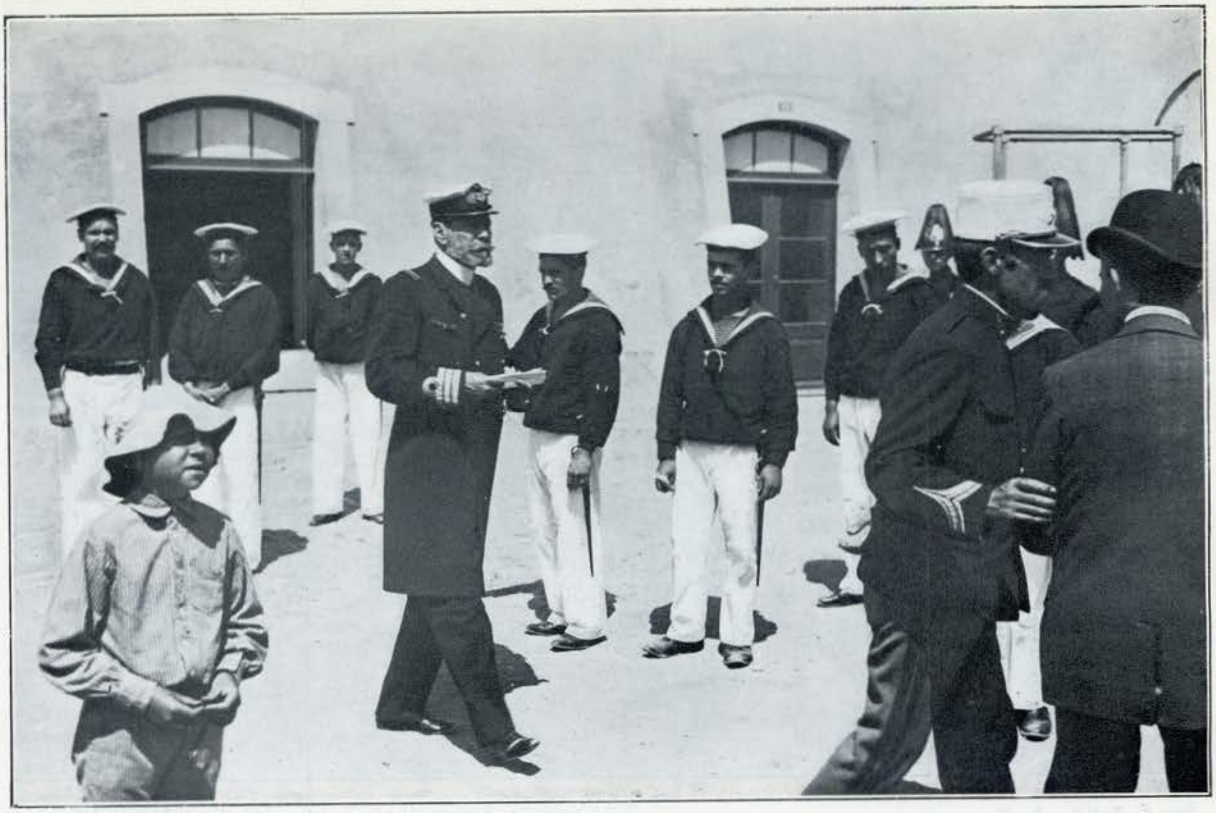


Em S. Julião da Barra

O 2.º arteilheiro, António Alegria Rabaça, absolvido; o 2.º marinheiro, José António Gomes, condenado a 6 anos de presídio e Francisco Patrício Correia, absolvido, conduzidos debaixo de escolta à sala do tribunal que os julgou.



A caminho do tribunal: (da esquerda para a direita), António Henriques Pinho, absolvido; Sebastião dos Anjos, condenado em 16 anos de reclusão e Serafim da Silva Perdigão, condenado a 6 anos e 6 meses de presídio militar.

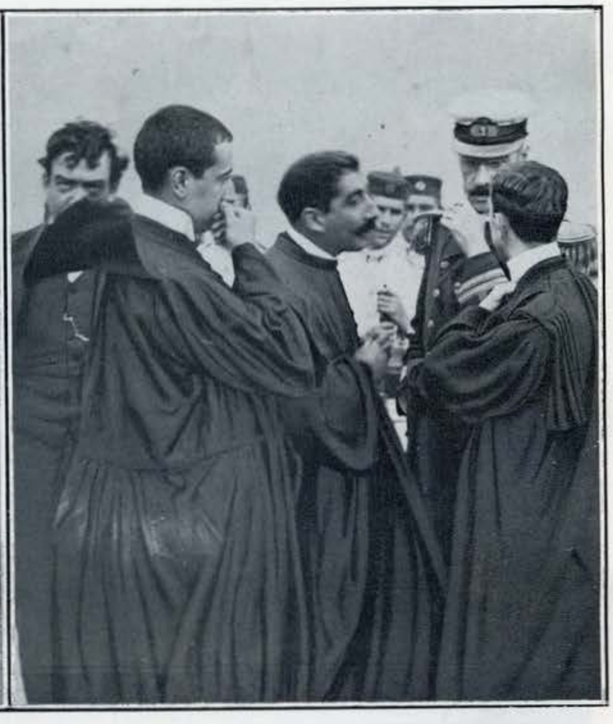


No forte de S. Julião da Barra

O sr. capitão de mar e guerra João Boto, o presidente do conselho de guerra da marinha, que julgou os insurretos, a caminho da sala do tribunal.

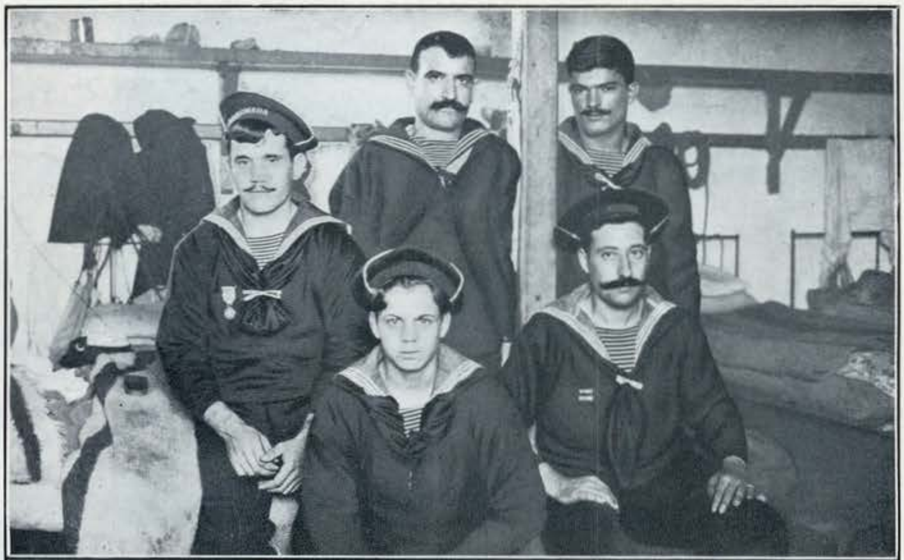


O 1.º artilheiro, António Amorosa, recebendo a intimação para responder por crime de revolta.



Drs. António Osório e Borges de Sousa, conversando com o sr. capitão de Fragata, Augusto Mota e Sousa, promotor da justiça.

Na enfermaria da prisão de S. Julião da Barra







Um grupo de marinheiros da *Tejo*, vendo-se, à esquerda, Deodato Soares de Azevedo, condecorado com a medalha de salvação, condenado a 15 anos de reclusão.

Um grupo de marinheiros do cruzador «Vasco da Gama».

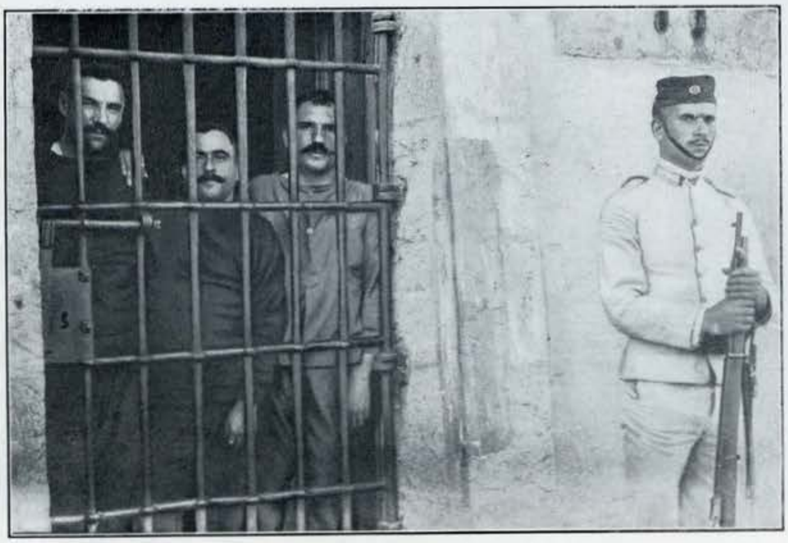
Outro grupo de insurretos, entre os quais se vê, o 1.º grumete Joaquim Paulo Correia, de 16 anos de idade.



Na enfermaria da prisão de S. Julião da Barra: — Um grupo de marinheiros da canhoneira «Tejo».



O advogado Dr. Nobre de Melo, prestando esclarecimentos aos jornalistas Rocha Martins, Mariano Algéos e Adelino Mendes.



Os três cabeças de motim, José Gomes e Sousa, condenado em 15 anos de reclusão; Eduardo Ventura Alamilo, o «Espanhol», condenado em 18 anos de reclusão; e António Martins Ribeiro, condenado em 20 anos de igual pena, encarcerados na antiga prisão Gomes Freire.

CAPITULO VII

As obras de assistência iniciadas pela Raínha Senhora D. Amélia

Perduram as obras de caridade da rainha senhora D. Amélia e, sobretudo, a da Assistência Nacional aos Tuberculosos, com seus Dispensários.

No dia 11 de Junho de 1899, na Sala do Conselho de Estado, no Ministério do Reino, foram inaugurados os trabalhos daquela instituïção sob a presidência da soberana, que convidou numerosas pessoas da nobreza e do capitalismo para coadjuvarem a sua iniciativa.

A comissão directiva ficou composta pelos senhores Marquês da Praia, e de Monforte, e José Maria dos Santos, o abastado lavrador na qualidade de presidente e primeiro vice-presidente; conselheiros dr. Silva Amado e Pereira de Miranda, Carlos de Bocage e Silva Jones, e dr. D. António de Lencastre, secretário geral. Foi a rainha a verdadeira alma daquele organismo, que auxiliaria os desditosos.

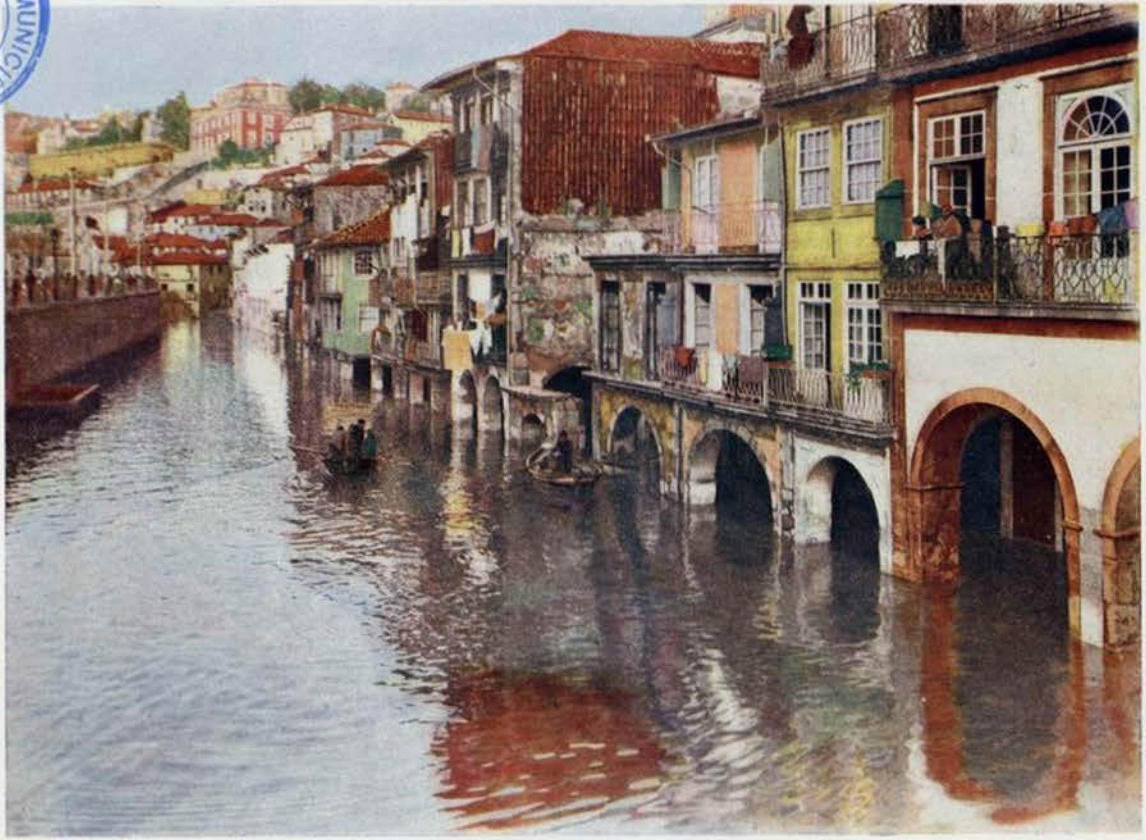
O govêrno associou-se à cruzada que se iniciava sob tão bons auspícios, e depois de levado ao Parlamento o respectivo projecto de lei, foi votado o subsídio de vinte contos de réis mensalmente para juntar às dádivas particulares, que tinham rendido desde logo perto de oitenta contos.

Formou-se a Comissão de propaganda composta pelos conselheiros Curry Cabral, dr. Alfredo Luiz Lopes e Frederico Palha. A rainha tornara-se a animadora dos trabalhos sem par na assistência portuguesa. Não se tratava de exibições, mas de positivo e formal propósito de atenuar, quanto possível, nas classes pobres, os horrores da devastação do terrível flagelo. Fizeram-se esforços de superior envergadura; penetrou-se até nos bairros mais miseráveis, e era a própria soberana que os visitava como uma irmã de caridade peritente e dedicada à sua obra meritória. Influia nos espíritos, atraía os ricos para que socorressem os desgraçados, e a Assistência Nacional aos Tuberculosos desenvolveu-se. Além da sede, que se edificou na Rua 24 de Julho, construiram-se Dispensários em Alcântara e no Caminho de Ferro, os Sanatórios do Outão e da Guarda, projectaram-se os hospitais suburbanos em Coimbra, Braga e Portalegre. Foram inaugurados postos em Bragança, Viana do Castelo e Faro, formando um campo de combate ao mal devastador; acudía-se à infância, socorriam-se as famílias necessitadas de tratamento. Médicos cheios de boa von-

tade, trabalhando gratuitamente, fizeram verdadeiro apostolado em volta da iniciativa da rainha, que jamais a desamparou.

Os resultados da acção desenvolvida, foram aparecendo pouco a pouco. A vasta propaganda profiláxica contribuiu para aniqüilar as tendências desprezadoras da higiene; os pequenitos tiveram acolhimento carinhoso nos Sanatórios, e a assistência foi aumentando, sendo cada vez maior o número de subscritores, o que permitia fundar novos estabelecimentos e melhorar os então existentes para dar combate à doença, que equivale a uma guerra na devastação de vidas.

Mesmo depois de exilada, a senhora D. Amélia, tem pensado na Assistência Nacional aos Tuberculosos e ainda há pouco enviou importantes donativos não só da sua bôlsa mas também angariados com a venda do seu álbum artístico cujo produto foi integralmente destinado a auxiliar a benemérita instituïção.



Arquivo Gráfico

Inundações do Douro em 1909

Um aspecto da cheia na Ribeira



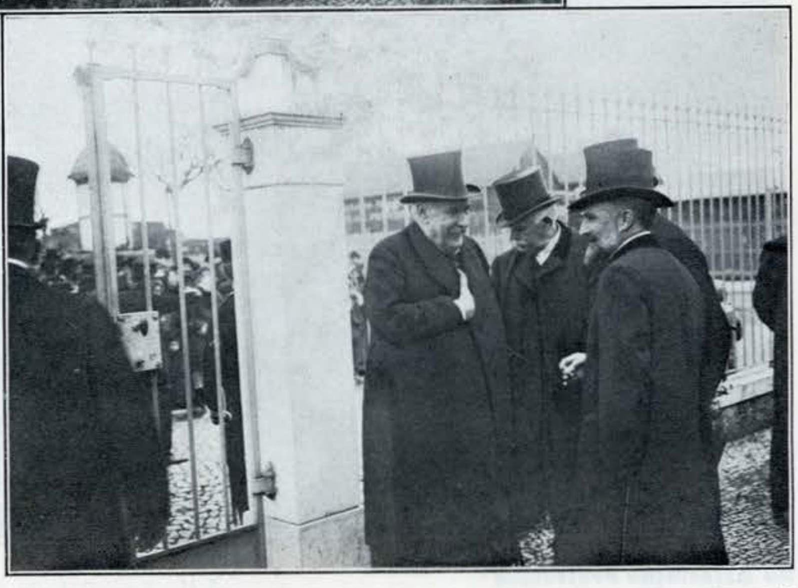
Na Associação Protectora da Primeira Infancia

S. M. a Rainha D. Amélia, presidindo à distribuição anual de prémios e enxovais, levada a efeito por esta benemérita associação.

Na Associação Protectora da Primeira Infancia



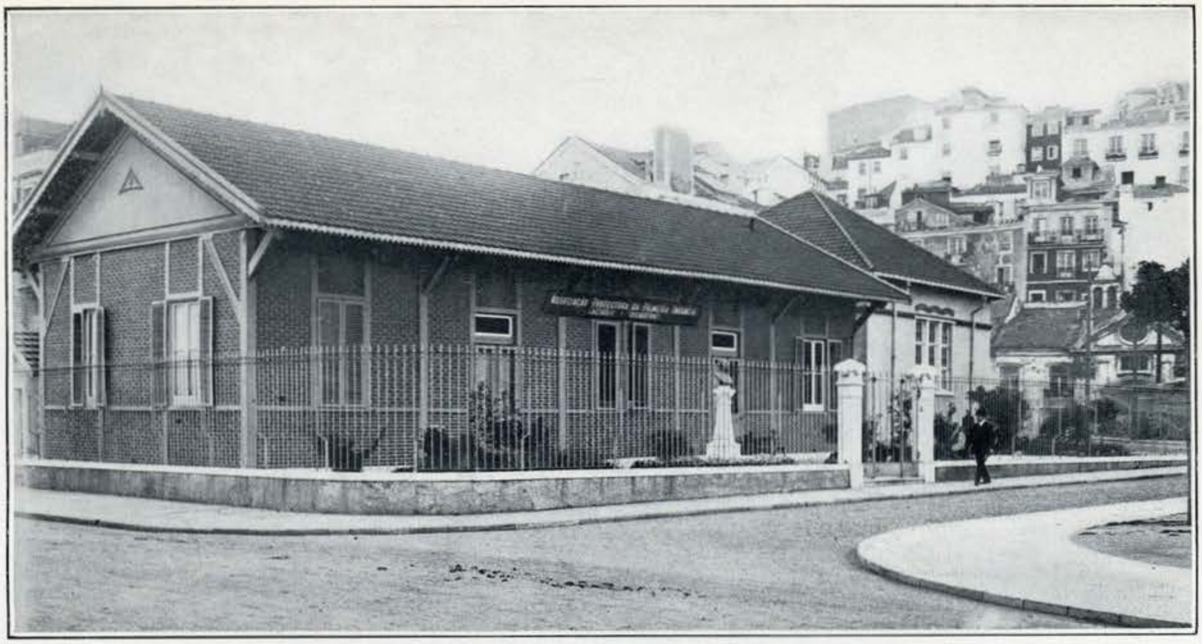




A chegada de S. M. a Rainha D. Amélia, ao lactário de S. Bento.

O Dr. Jorge Cid, rodeado de um grupo de mâis premiadas, a quem foram distribuidos enxovais.

Os srs. José Maria dos Santos e General Morais Sarmento, dois grandes beneméritos desta associação, esperando a chegada de S. M. a Rainha.









O edificio da Associação Protectora da Primeira Infância, no Largo do Museu de Artilharia.

O interior da farmácia do posto do Museu de Artilharia — A pesagem de uma criança protegida desta Associação, após o exame clinico, feito pelo Dr. Jorge Cid.

No Dispensário da Rainha (em Alcantara)

Os srs. Drs. Silva Carvalho e Teixeira Diniz e a chefe das enfermeiras, a Madre Superior Domenicana, D. Maria José Soares de Albergaria, procedendo à admissão de uma criança.

CAPITULO VIII

Os "intransigentes" de 1907

Há horas na vida que ninguém pode descrever. Résam-se.

Porque são sempre orações, cheias da máxima unção espiritual, as páginas do passado que, evocando a juventude, provocam a saüdade.

E, assim, desnecessário se torna dizer que julgamos um tanto ou quanto impossível dar uma ideia, ainda que pálida, do que foi êsse audacioso movimento académico que passou à história com a designação de: — *Intransigência de 1907*.

Teve o seu início em Coimbra.

E, como todos os grandes acontecimentos, os que maior repercussão alcançam, depois, no andar dos tempos, para não fugir à regra, foi o que se pode chamar de nascimento modesto no noticiário da imprensa.

É em *O Século* de 28 de Fevereiro de 1907, que vamos encontrar, quási escondida, nas notícias de Coimbra, esta informação que constituiu o mais poderoso rastilho da formidável explosão que se deu, sem tardança, em tôdas as escolas do país:

> «*Principiou hoje a defesa de tese, na Faculdade de Direito, o dr. José Eugénio Ferreira.*
>
> *A concorrência a êste acto foi grande, enchendo-se, por completo, a Sala dos Capêlos, e ficando fora muitas pessoas, por não terem, ali, lugar.*
>
> *Quando o laureado académico saiu, o público que estava no pátio da Universidade fêz-lhe uma ruidosa manifestação de simpatia*».

E fêz. Porque existia, de há muito, um ódio latente, nos estudantes, contra a figura do professor, do *lente* de então, símbolo sombrio e vívido de uma opressão constante e de um sistema anacrónico de ensino que já não era justo nem lógico suportar.

José Eugénio Ferreira realizava, em tal momento, a esperança de uma nova directriz, pois corria, sem rufos de tambor, o pregão verdadeiro de que se tratava de um espírito culto, desempoeirado e moderno.

A sua ascensão ao professorado representava, portanto, uma vitória das hostes descontentes.

Não o entendeu, porém, assim, o velho feitio universitário, e tudo preparou para o sacudir, de vez, cerrando-lhe as portas que êle buscava abrir, de par em par, para actualizar o ensino, tocando-o de uma luz, clara e forte.

A cerimónia, sempre excepcional, vistosa e solene, naquele velho ambiente que os *doutorais* emolduravam, teve, pois, o condão de atrair as atenções de tôda uma geração que foi, sem dúvida, a mais vibrante, brilhante, patriótica e eficaz do início da primeira metade dêste século.

Era belo, cheio de côr, o quadro da assistência, na qual sobressaía, em tal momento, pela figura imponente, pela simpatia que irradiava, pelo prestígio do

seu nome, pelas venéras que ostentava, o paraninfo que José Eugénio, forçado a obedecer às velhas praxes, havia escolhido para êsse fim.

O seu padrinho eleito era o dr. Fortunato Vieira das Neves, nosso padrinho de baptismo (razão porque nos chamamos Fortunato), o médico ilustre, o famoso par do reino cuja influência política nas Beiras se tornou deveras memorável.

Em 1 de Março do mesmo ano já os jornais noticiavam o que na véspera se havia passado em Coimbra, e ficou sabendo o país inteiro que a academia, sem distinção de crédos políticos, após a reprovação do inteligente candidato à cátedra universitária, o acompanhára em longo e ruidoso cortejo, a pé, desde a Universidade, lá no alto da cidade, até ao distante e excêntrico bairro da Arregaça, onde José Eugénio modestamente vivia.

O primeiro discurso incendiário a essa infindável bicha negra de capas e batinas, então obrigatórias, foi pronunciado, de uma varanda das oficinas do antigo França Amado, a velha livraria dos *lentes*, na rua Ferreira Borges, pelo estudante Campos Lima.

Defronte da residência de José Eugénio, que agradeceu, sinceramente comovido, a espontânea manifestação de que fôra alvo, falaram os estudantes Campos Lima e José Montez, que alvitrou uma sindicância rigorosa e urgente à proclamada injustiça, ao que se acabava de assistir na Sala dos Capêlos.

Correu logo, de bôca em bôca, a necessidade da gréve geral a iniciar-se no dia seguinte, como protesto enérgico contra os «processos» arcaicos da Universidade aproveitando-se o ensejo como fundamento precioso de muitas reclamações a fazer.

Tratou-se, imediatamente, da requisição de um combóio especial, a-fim-de, no domingo seguinte, quarenta e oito horas depois, a academia se dirigir a Lisboa com o fim, aliás prudente, de conferenciar com o Govêrno.

Entretanto, nessa mesma noite, era apupado um *lente*, na rua Ferreira Borges, ao passo que, às sete horas, na velha igreja da Trindade, então Gimnásio Académico, eram eleitas, por aclamação, duas comissões com carácter de urgência e investidas de plenos poderes.

A primeira, a encarregada de solicitar a sindicância, compunha-se dos seguintes académicos: — António Granjo, Joaquim de Oliveira, José Montez, Ramada Curto e Campos Lima. Mas, a pedido da Academia, foram agregados: — Vicente Pindela (Arnoso) e Lobo de Ávila, «para tirar à comissão qualquer ideia partidária».

Para dirigir os destinos da greve e manter o prestigio do protesto levantado, foi eleito o «Comité Central», do qual faziam parte: — Mário Monteiro, quintanista de Direito, na presidência, Bissaia Barreto, Henrique Braz, Joaquim Tavares, Lacerda Forjaz, Costa Cabedo, Pestana Júnior, Alfredo França e Alfredo Pimenta.

O que se passou daí em diante nunca poderá ser relatado em grosso volume, quanto mais em tão poucas linhas como estas de que dispomos.

Todavia, diremos, em resumo, que, desafiando a oposição dos estudantes, o reitor da Universidade, dr. Santos Viegas, propôs ao Govêrno um encerramento, o que foi feito pelo decreto de 2 de Março, e fôrças militares marcharam para Coimbra, ocupando parte delas aquele estabelecimento de ensino, azedando, cada vez mais, os ânimos da mocidade grèvista.

Foram proïbidas as conferências de Manuel de Arriaga e Alexandre Braga, na Escola Livre, e o conde de Paçô Vieira e Afonso Costa interpelaram o chefe do Govêrno, João Franco, em pleno parlamento.

Cunha e Costa faz uma conferência — *A Universidade* — na Sociedade de Geografia de Lisboa, e Bernardino Machado, acusado de cumplicidade política (?!) com os estudantes, é chamado a dar explicações ao Conselho de Decanos da Universidade, que o tinha entre os seus mais ilustres professores.

A Academia resolveu mandar à capital uma delegação especial composta por Mário Monteiro, Cautela Júnior e Cunha Dias, à qual se agregaram, depois e expontâneamente, vários elementos académicos em destaque.

Teófilo Braga realiza, a pedido, no pátio do Ateneu Comercial de Lisboa,

uma lição de Direito, com larga assistência de alunos de muitas escolas do país.

Presidiram a essa reünião Cautela Júnior, Mário Monteiro e Joaquim Tavares.

As mais gradas figuras na política e nas letras, sem distinção de côres partidárias, receberam convite para assistir a um comício monstro realizado no teatro da Rua dos Condes, em 5 de Abril.

A êsse tempo, já tôdas as escolas superiores e liceus do país faziam causa comum com os seus colegas de Coimbra, e nós desafiámos, pela imprensa, para duelo, o padre Francisco Garcez, do campo contrário.

Teófilo Braga publicou uma carta dirigida a José Eugénio, atacando, a fundo, os velhos métodos universitários, e António Granjo responsabilizou o Govêrno pelo que viesse a acontecer.

De facto, houve, depois, tumultos e conflitos sangrentos entre a polícia e os estudantes, tanto em Coimbra como no Pôrto e em Lisboa, chegando até a ser prêso, por engano, o «académico honorário», o fotógrafo amigo Joshua Benoliel.

O rancor dos julgadores, que eram alguns dos próprios e suspeitos lentes alvejados, resolveram a expulsão de Campos Lima, Ramada Curto e Carlos Olavo, declarando isentos de culpas os também indiciados: Carneiro Franco, Adelino Furtado, Vasco Rocha, Sousa e Melo, Júlio Dias da Costa Pinto, Pestana Júnior e Afonso Henriques de Vasconcelos.

A Comissão que, acompanhada por 500 estudantes, dos 6.000 em grêve, veio a Lisboa, em combóio especial, conferenciar com o Govêrno e com o parlamento, e entregar-lhes as mensagens com as respectivas reclamações, datadas de 2 de Março em Coimbra, era formada por António Granjo, Campos Lima, Mário Monteiro, Verde de Oliveira, Santiago Prezado, Carlos Olavo, Ramada Curto, Henrique Trindade Coelho e José Montez.

O Govêrno quis fazer ouvidos de mercador, mas João Franco, assediado pelas constantes interpelações de vários deputados, teve de responder à voz, sempre escutada com encanto, de António José de Almeida.

Enquanto os estudantes grèvistas puderam permanecer em Coimbra, as reüniões, sempre calorosas, realizaram-se na Rua do Quebra-Costas, em casa do chefe da repartição técnica da Câmara Municipal, Joaquim Maria Monteiro de Figueiredo (de quem somos filho), figura de relêvo, de invulgar inteligência, a quem Coimbra ficou devendo o impulso inicial do seu acentuado modernismo, e a cuja memória os estudantes de agora já resolveram prestar uma justa homenagem.

Quando o Comité Central recebeu ordem de se afastar de Coimbra, alguns dos seus membros foram fundar o célebre *Cenáculo dos Intransigentes*, na Figueira da Foz, que chegou a ter um hino — *Hino da Grêve* — composto pelo maestro Dias Costa, irmão do grande camilianista do mesmo nome.

E quando João Franco regressava do Pôrto, no famoso 18 de Junho, acompanhado por Aníbal Soares, saltámos, em Alfarelos, à carruagem onde êle viajava, entregando-lhe a *Carta a D. Quixote*, que havíamos escrito em seu desabôno, e que já nos tinha conseguido uma prisão.

Voltámos, então, a cair sob a acção do tenente-coronel Dias, mas fômos libertados pelo povo da Figueira da Foz.

Foi êste o derradeiro lampejo do movimento que agitou a mocidade escolar de todo o país em frémitos de energia, dignidade e entusiasmo.

Com o nosso acto final, de formatura, em 31 de Outubro de 1907, acto êsse que foi o último, findou o chamado «período transitório».

A seguir, entrou em vigor a Nova Reforma, que constituiu a resultante lógica da atitude e reclamações dos *Intransigentes*, abolindo velharias pombalinas que já se não coadunavam com o espírito moderno.

Na geração académica de 1907 foram a República, proclamada em 1910, e o país, encontrar a maioria dos seus melhores, mais activos, mais inteligentes e mais leais servidores, além de a monarquia lhes ficar devendo uma nova orientação nas praxes e no ensino.

MÁRIO MONTEIRO.



Arquivo Gráfico

No pateo do Atheneu Comercial de Lisboa

A conferência do Dr. Teófilo Braga — Os académicos de Lisboa e Coimbra ouvindo a lição do Mestre



No Atheneu Comercial de Lisboa

O Dr. Teófilo Braga, falando aos estudantes de Lisboa e às delegações das outras academias do país.







No pateo do Atheneu Comercial de Lisboa

Esperando o início da conferência do Dr. Teófilo Braga.
Dois académicos de Lisboa ouvem atentamente as explicações de um seu colega de Coimbra.



— Assim, como assim, para a frente é que é o caminho. Entre outros vêem-se neste grupo os Drs. Justino Campos Cardoso, Carlos Barbosa, António Joaquim Cautela Júnior, Camilo Castelo Branco, Eduardo Augusto Miranda e Francisco Cordeiro Blanco. — Todos falam, todos dizem cousas, mas o govêrno não cede... O Dr. Justino Campos Cardoso e Aníbal Melo Leitão, esperam o comêço da conferência.



No pateo do Atheneu Comercial de Lisboa

As delegações das academias do país ouvem o discurso do Dr. Teófilo Braga







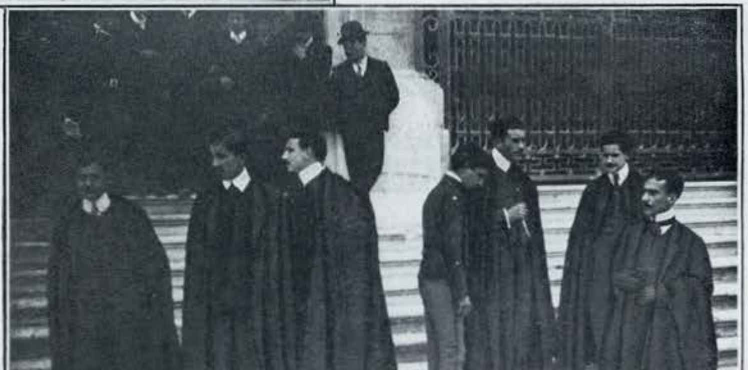
OS ESTUDANTES DE COIMBRA EM LISBOA

A chegada ao largo das Côrtes dos estudantes de Coimbra que acompanhavam a comissão que foi entregar ao Parlamento as reclamações da Academia contra o velho sistema universitário.

Um grupo de estudantes de Coimbra no Rossio, após a sua chegada a Lisboa.

Os estudantes de Coimbra aguardam junto à estátua de José Estêvão e à porta das Côrtes, o regresso do comité que subira para entregar a mensagem.

Junto à estátua, vêem-se entre outros, os Drs. Isidro Aranha, Alberto da Cunha Rocha Saraiva, Carlos Barbosa, Aquiles Gonçalves, Aníbal de Melo Leitão e Ávila de Melo.



Arquivo Gráfico



A apresentação ao Parlamento das reclamações académicas

A chegada ao Largo das Côrtes, dos estudantes de Coimbra, que foram entregar ao parlamento a mensagem com as reclamações da academia. Além dos Drs. Henrique Trindade Coelho, Mário Monteiro, António Granjo, Ramada Curto, Carlos Olavo e Santiago Prezado que faziam parte da Comissão, vêem-se os Drs. Justino Campos Cardoso, Eduardo Augusto Miranda, Cunha Dias, Bianch, Adriano de Sousa e Melo e Carneiro Franco.





O julgamento dos «Díscolos»

Três estudantes expulsos: — Campos Lima, Ramada Curto e Carlos Olavo.
Os estudantes absolvidos: — Carneiro Franco, Adelino Furtado, Vasco Rocha, Sousa e Melo, Júlio Dias da Costa Pinto, Pestana Júnior e Afonso Henriques de Carvalho.



O quintanista Mário Monteiro, ouve do seu colega, Carlos de Sousa, a explicação dos motivos que o forçaram a ir às aulas.



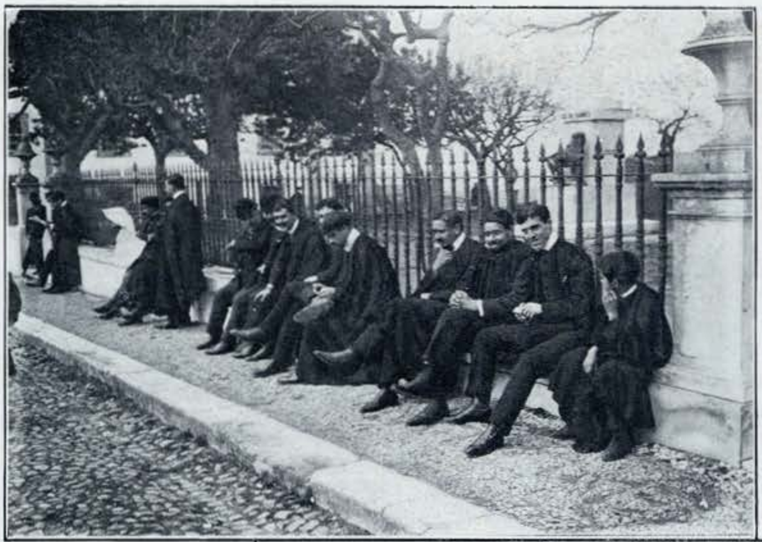






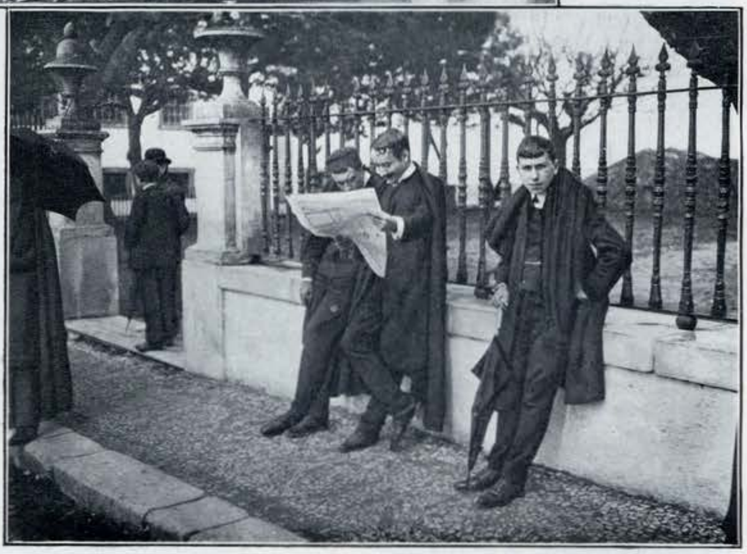
Os que "furaram" a greve

O célebre estudante Girão, que não se solidarizou com os seus colegas, subindo as escadas da Universidade, acompanhado pelo seu colega Correia.
Dois alunos de teologia que foram às aulas.
Os estudantes militares, cadetes Duarte Silva e Freitas, cuja situação os obrigou a «furar» a greve.
O estudante Peixoto, levado às aulas por seu pai, oficial do Exército.



NAS HORAS CALMAS DA GREVE





Em frente do monumento a Camões, esperando os acontecimentos.

Alguns grevistas, à porta da Sala dos Capêlos, na Via Latina da Universidade de Coimbra.

Lendo as noticias da greve, publicadas nos jornais de Lisboa.



Arquivo Gráfico

Nos primeiros dias da greve

Na *Porta-Férrea:* — Aguardando, sob a vigilância da polícia, a hora da marcha para a grande reünião no Gimnásio Académico (antiga igreja da Trindade).



Nas horas calmas da greve

Junto à Porta Férrea um grupo de «grevistas», entre os quais se vêem os Drs. Deodoro de Castro Carneiro, Vergílio Correia Pinto da Fonseca, Luiz Baldaque Guimarães, Ladislau Patrício, João da Costa Cabedo, Henrique Braz e António Granjo, esperam pacificamente o desenrolar dos acontecimentos





OS LENTES E A GREVE



O Dr. Oliveira Guimarãis, conversando com o Guarda-Mór da Universidade, àcêrca dos acontecimentos.

O bedél Perdigão, esperando à Porta Férrea, a entrada dos... que não entram.

O estudante Francisco Ficalho (o *Quico*), falando com o *lente* Dr. Ruy Ulrich.

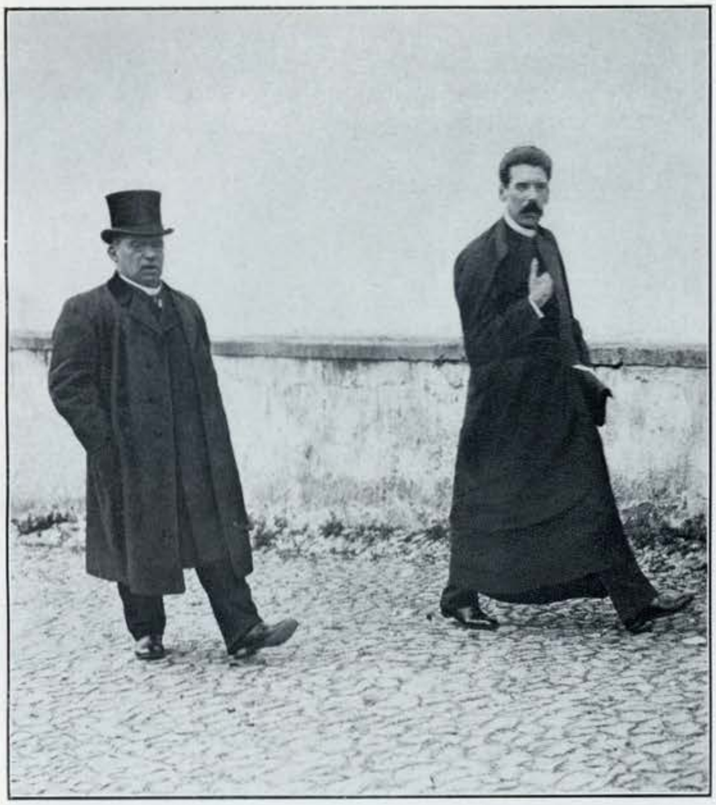


O famoso *lente* Dr. Calixto, de aspecto militar e alma grande para os estudantes.

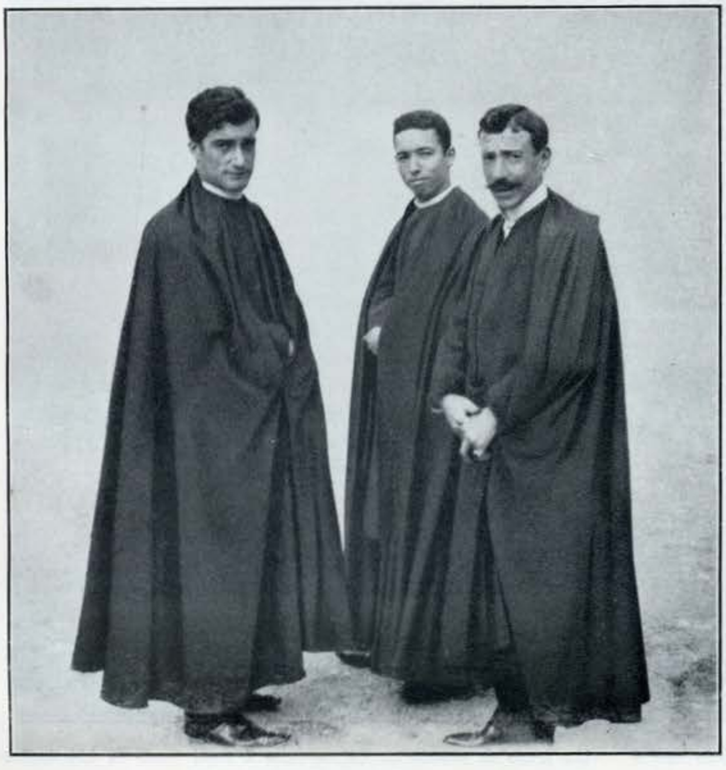


Os *lentes*, Drs. Caeiro da Mata e Pedro Martins, saindo a «Porta Férrea».

Arquivo Gráfico



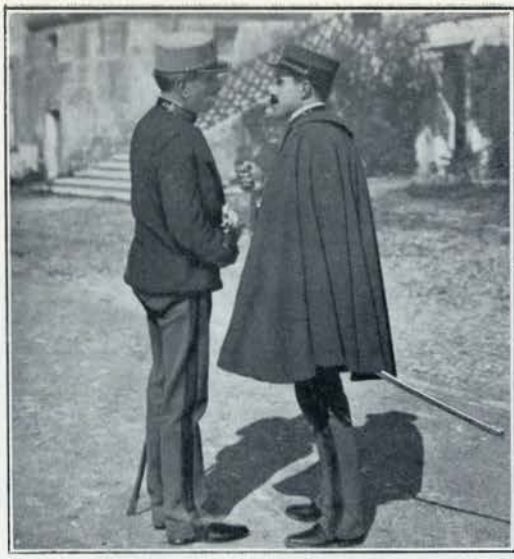


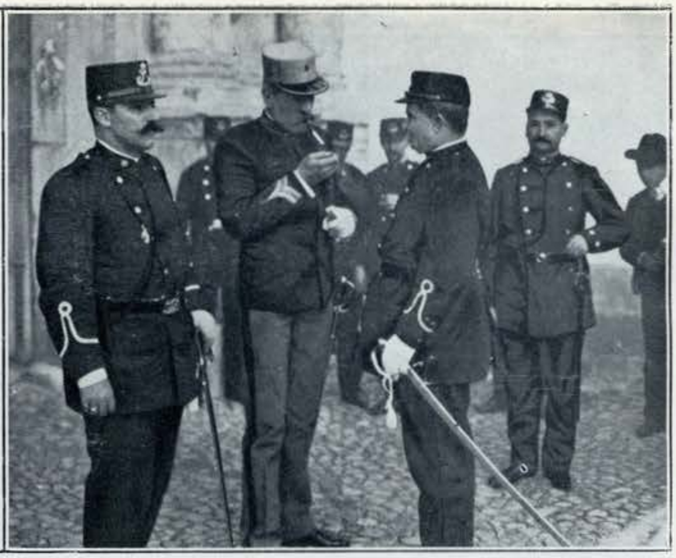


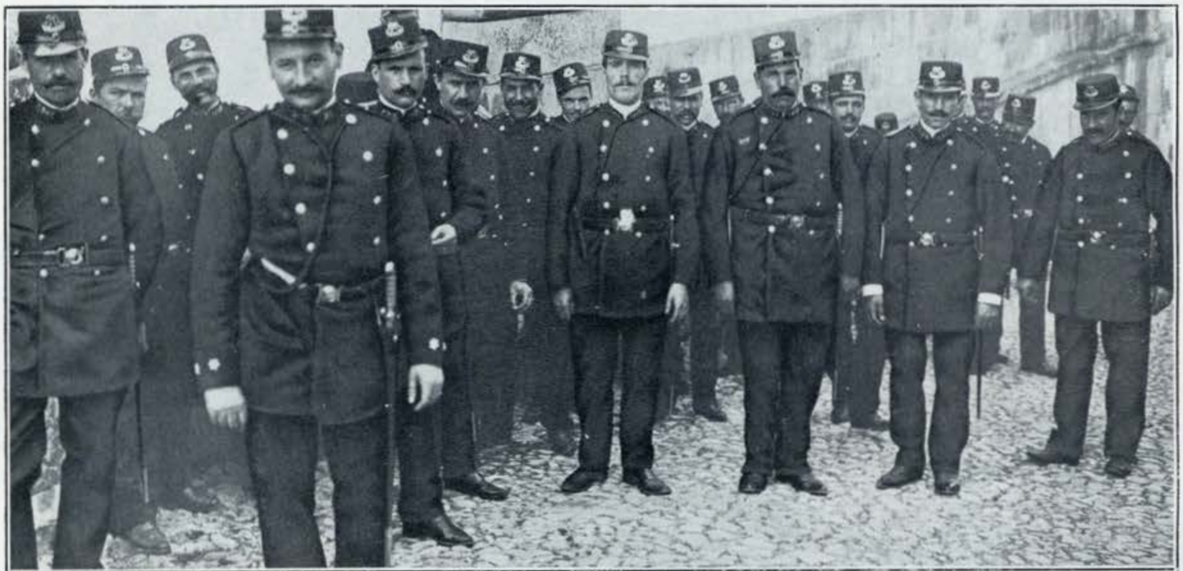
Os «terríveis» *lentes* de Direito, Drs. Manuel Dias da Silva e Guilherme Moreira.

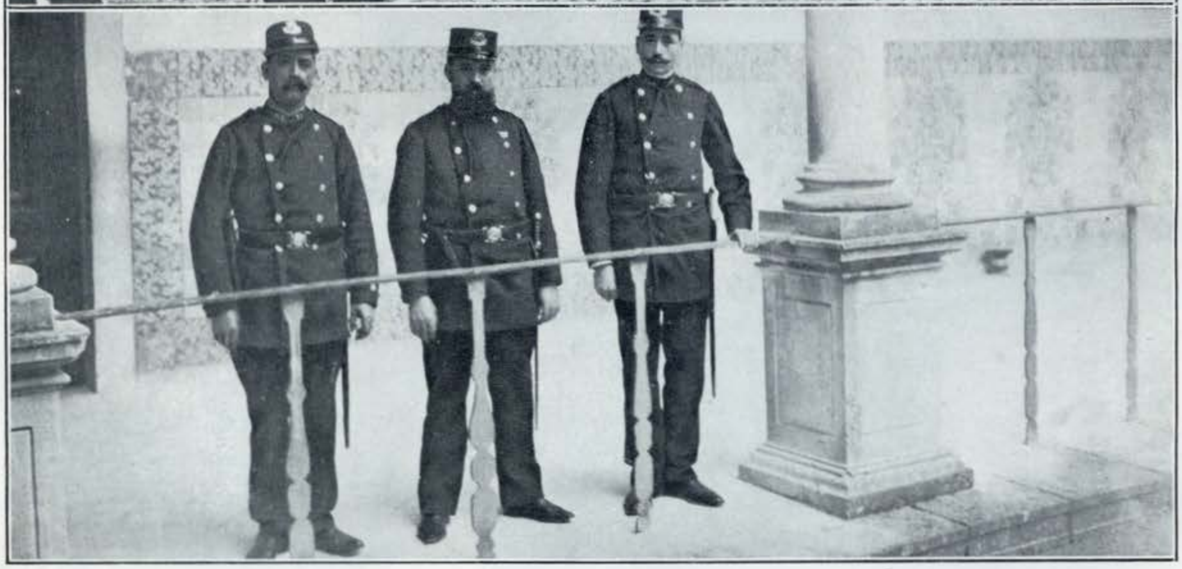
O Guarda-Mór da Universidade, Donato, conversando com dois estudantes de teologia.

No círculo — Os lentes Drs. Araújo Gama e Costa Lobo, trocando impressões sôbre a greve.









O Major Dias, Comandante da Polícia de Lisboa, conversando com o estudante militar, o Dr. Alvaro de Castro.

O Major Dias, trocando impressões com os chefes da polícia de Lisboa, que foram para Coimbra manter a ordem.

Um grupo de polícias de Lisboa, junto à porta férrea da Universidade, esperam os acontecimentos.

Três mantenedores da ordem na Galeria dos *Gerais*.



Na estação de Coimbra-B

Os Drs. Bissaia Barreto, Mário Monteiro, Alfredo França, Vasco Fernandes e António Granjo, com o Dr. Jaime Cortesão, após a chegada dêste a Coimbra, onde veio em nome da comissão académica do Pôrto.



O quintanista de Direito, Mário Monteiro, acompanhado do seu colega de Medicina Bissaia Barreto, despede-se de Pinto Quartin, expulso de Coimbra.

A greve no liceu de Coimbra

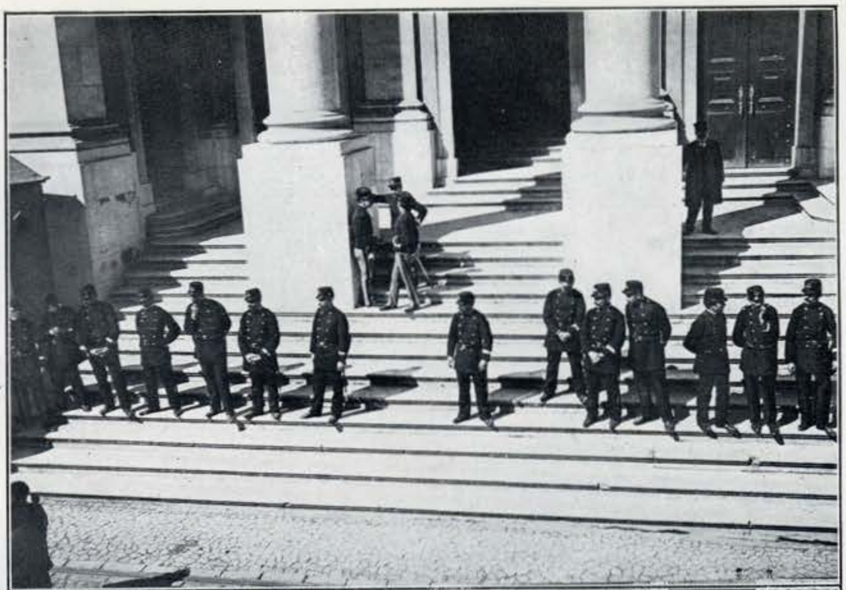


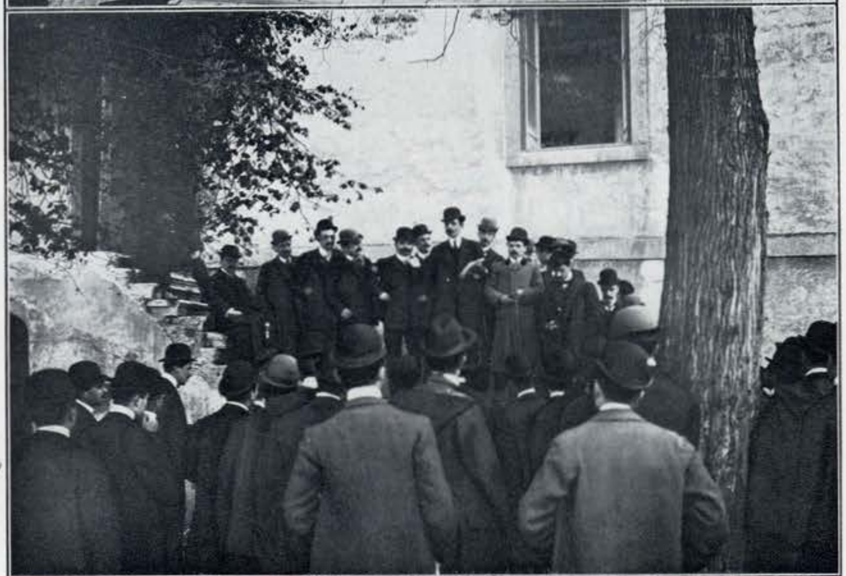




Aspectos da greve académica nos Arcos do Jardim — A fôrça militar contém os «Bichos» como, então, eram designados, os alunos do liceu, instalado no velho Mosteiro de S. Bento.

A greve nas escolas de Lisboa



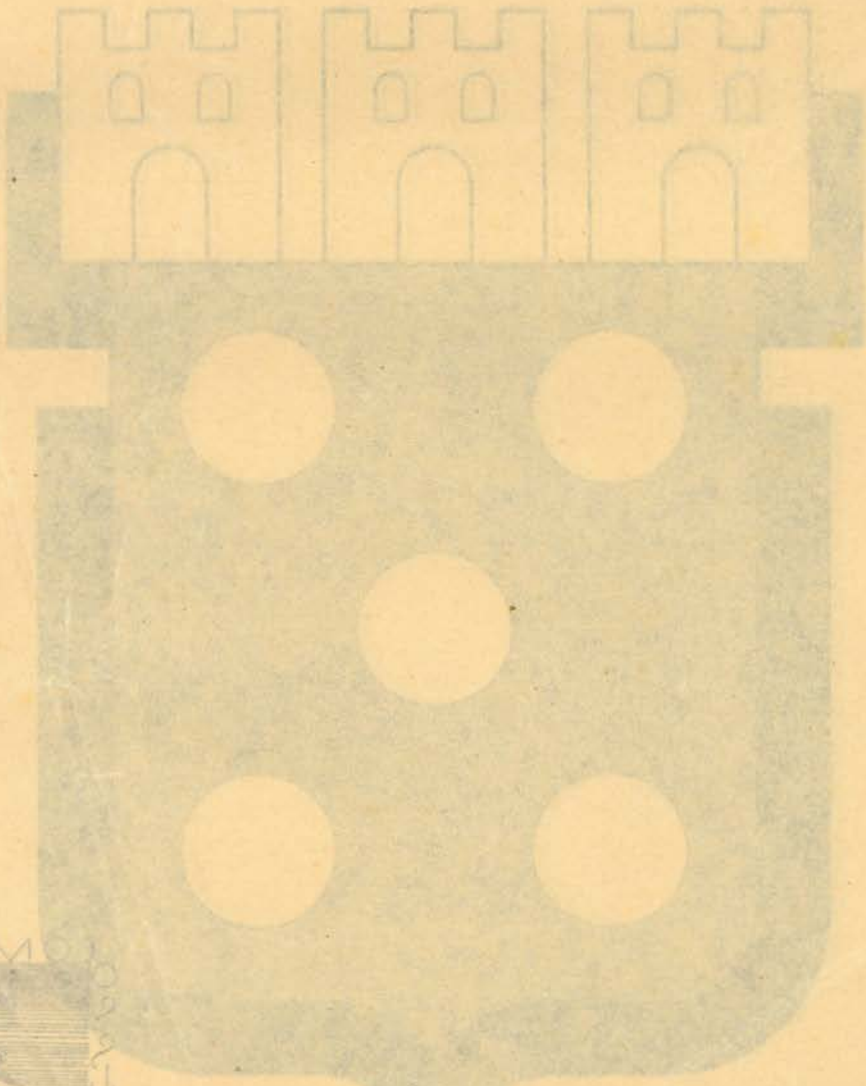




Na Faculdade de Ciências — A polícia guardando a entrada da Escola Politécnica.
Na Escola Médica — Um estudante de Medicina, expondo aos seus colegas os motivos porque deviam aderir à greve.
No Liceu da Lapa — A polícia guardando o edifício do Liceu em S. Domingos, onde se encontravam os estudantes grevistas.

ARQUIVO GRÁFICO

DA VIDA PORTUGUESA
1903 1918



COMPOSTO
IMPRESSO
GRAVADO
BERTRAND IRMÃOS L.DA